

# **Debate de Preparação do Conselho Europeu Extraordinário de 17 e 18 de abril**

## **Assembleia da República 12 de abril de 2024**

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Neste primeiro debate preparatório do Conselho Europeu da atual legislatura, começo por afirmar que o Governo dará continuidade ao firme compromisso de Portugal com os valores da União Europeia e com o reforço do projeto europeu, porque essa é a melhor via para defender o interesse nacional e o bem-estar dos portugueses.

Estamos empenhados na construção de:

- i)** Uma Europa próspera e sustentável;
- ii)** Uma Europa social, que não deixa ninguém para trás;
- iii)** Uma Europa segura e protegida, num ambiente geopolítico turbulento e volátil; e também
- iv)** Uma Europa mais forte e ativa no plano mundial.

Refletindo a incontornável importância da União Europeia e o nosso empenho em promover a maior participação eleitoral possível (dando continuidade à elevada votação das recentes eleições legislativas), vamos lançar muito em breve uma grande campanha de sensibilização sobre a relevância das eleições europeias marcadas para 9 de junho, com realce para a possibilidade do voto antecipado. Que ninguém deixe de votar por inconveniência de calendário.

**Senhor Presidente,**  
**Senhoras e Senhores Deputados,**

A reunião extraordinária do Conselho Europeu dos próximos dias 17 e 18 de abril inclui dois temas de grande importância:

- i)** a competitividade europeia e o mercado interno; e
- ii)** as relações da União Europeia com a Turquia.

O primeiro ponto - relativo à **competitividade e ao mercado interno** – é aquele que deverá concentrar maior atenção nesta reunião.

O modelo económico e social europeu é único e, de forma geral, tem sido um alicerce de inovação e crescimento para os Estados-Membros, para os cidadãos e para as suas empresas.

Mas este modelo, que os Tratados descrevem como “economia social de mercado altamente competitiva”, exige uma constante evolução e adaptação:

- i) para lidar com os desafios da evolução demográfica;
- ii) para responder à crescente concorrência no plano internacional;
- iii) para reagir às exigências e às oportunidades das novas tecnologias;
- iv) e para reduzir as dependências da Europa em alguns setores estratégicos.

Assim, o objetivo deste Conselho Europeu é acelerar o trabalho nas áreas em que a Europa tem de fazer mais e melhor.

Num contexto geopolítico desafiante e de acelerada transição digital e climática, o mercado único constitui um fator fundamental a competitividade e liderança da economia europeia a nível global.

Mas é também essencial que esse mesmo mercado único promova uma **concorrência cada vez mais justa** no interior do espaço europeu, e que funcione como um fator de **convergência**, de **coesão** e de **desenvolvimento sustentável**, em benefício de todos os Estados-Membros, regiões e cidadãos.

#### **Destaco quatro áreas:**

Em *primeiro lugar*, temos de aproveitar plenamente as potencialidades do mercado interno para as nossas empresas e para os nossos cidadãos, **reduzindo barreiras** de todo o tipo.

Para além disso, as nossas empresas não podem ser sobrecarregadas com burocracia desnecessária, que em nada contribui para a sua competitividade ou produtividade.

Há, por isso, um esforço de **simplificação administrativa** que deve constituir uma prioridade tanto ao nível nacional como europeu.

Em *segundo lugar*: a dupla **transição verde e digital** constitui um eixo essencial para a competitividade das nossas empresas e para o bom funcionamento da nossa sociedade como um todo.

Esta dupla transição será facilitada se a União dispuser de instrumentos comuns que permitam uma mais eficaz **mobilização de investimento, privado e público**, e que facilitem o acesso das nossas empresas ao financiamento de que necessitam.

Para tal, é importante avançar no aprofundamento da **União dos Mercados de Capitais** e esperamos que deste Conselho Europeu resultem orientações nesse sentido.

Quanto ao **investimento público**, defendemos que objetivos europeus, partilhados por todos, como a **convergência económica**, devem também ser sustentados por instrumentos comuns. Citando a Presidente da Comissão Europeia: “uma política industrial comum requer financiamento europeu comum”.

O “Next Generation”, o instrumento que está na base dos PRRs dos vários Estados-Membros, e que complementa a Política de Coesão, parece-nos uma fonte de inspiração útil.

Em *terceiro lugar*, continuaremos a defender uma **política comercial europeia aberta**. Queremos que a economia da União Europeia – e que a economia de Portugal – tenha uma forte componente de exportações. Mas também dependemos, para isso, da importação de matérias-primas essenciais. Nada teremos a ganhar com uma economia fechada.

E em termos geopolíticos, também não temos nada a ganhar em fechar as portas a alguns dos principais parceiros internacionais da Europa, como o Mercosul e a Índia.

Além disso, não há melhor maneira de exportar os nossos padrões sociais, ambientais e de segurança do que através de uma política comercial ambiciosa, dialogante e recíproca.

Em *quarto lugar*, não pode haver mercado interno nem uma economia europeia competitiva sem uma verdadeira união europeia da **energia**.

Para tal, é essencial reforçar a aposta nas energias renováveis e um forte investimento nas interligações energéticas, nas infraestruturas e nas redes – fatores essenciais para uma transição energética bem-sucedida.

Uma nota adicional sobre o setor agrícola.

Qualquer discussão sobre a resiliência económica da União Europeia tem de olhar também para as necessidades deste setor estratégico. Por isso, vamos defender a **redução do fardo burocrático** para os agricultores no quadro da Política Agrícola Comum.

Quanto ao segundo ponto da agenda, o Conselho Europeu deverá ter um debate sobre o tema das **relações da União Europeia com a Turquia**.

A Turquia é um parceiro da maior importância para a Europa, com o qual será essencial manter uma relação equilibrada. Devemos explorar o potencial de relançamento de uma agenda positiva com a Turquia, sempre no estrito respeito pelos valores fundamentais da União. E respeitando sempre o imperativo de solidariedade entre Estados-Membros.

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e Senhores Deputados,**

Concluo, enfatizando a importância da execução dos fundos europeus para Portugal, em particular do PRR.

Nesse sentido, reitero o essencial do que ontem aqui transmiti nesta matéria:

Celeridade, Transparência, Fiscalização e Execução.